

## PensionsEurope Manifesto 2014

---

Intervenção do Presidente do ISP, Professor Doutor José Figueiredo Almacá, na  
Sessão de Apresentação do “PensionsEurope Manifesto 2014”, organizada pela  
APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

**Lisboa, 2 julho 2014**

Muito boa-tarde,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para estar presente nesta Sessão promovida pela APFIPP, que é de extrema importância para promover o desenvolvimento dos fundos de pensões em Portugal.

Não é demais lembrar que, apesar das crises sistémicas que têm assolado o setor financeiro, o mercado nacional de fundos de pensões tem mantido a sua credibilidade, granjeada há mais de três décadas, junto da opinião pública, bem como dos associados, beneficiários e participantes dos fundos de pensões.

Como todos sabemos, os fundos de pensões enfrentam um conjunto de desafios. Cientes das suas responsabilidades, os operadores estão preparados para os enfrentar e encontrar as melhores soluções. É sobre esses desafios que gostaria de transmitir algumas ideias.

O universo das pensões é muito complexo. Envolve na prática a totalidade da população pela vinculação laboral dos seus membros ativos e, por isso, as mudanças

demográficas, sociais e produtivas interpelam os esquemas de pensões de forma decisiva.

À semelhança do que sucede com a generalidade dos países do mundo ocidental, o nosso País depara-se com profundas alterações demográficas estruturais (designadamente a redução generalizada da natalidade e o aumento consistente da esperança média de vida), decorrendo daí sérios problemas tanto para o mercado de trabalho como para as finanças públicas.

As alterações demográficas estruturais acabadas de mencionar, a par do ritmo lento de crescimento das contribuições para a Segurança Social (em virtude das mudanças no mercado de trabalho e das taxas de desemprego a que temos assistido), têm contribuído decisivamente para o desequilíbrio técnico do sistema nacional de pensões.

Para além disso, não podemos deixar de acrescentar que, se juntarmos às alterações demográficas estruturais e ao ritmo lento de crescimento das contribuições para a Segurança Social, os efeitos provocados quer pelas novas pensões com maiores carreiras contributivas, quer pelo número crescente de pensionistas, então o desequilíbrio técnico do sistema nacional de pensões será irremediável se, entretanto, medidas inovadoras não forem adotadas.

Neste sentido, para não comprometer a inadiável articulação entre a consolidação orçamental e o equilíbrio geracional, torna-se essencial que os agentes económicos e os decisores políticos interiorizem o papel-chave dos esquemas complementares de pensões enquanto variável central para a promoção da competitividade e da coesão nacionais.

Cumpre reconhecer que as alterações legislativas em matéria de regimes de pensões têm vindo a ser instituídas no sentido de procurar equilibrar os sistemas públicos de

repartição. Não obstante, e sem pôr em causa o mérito das iniciativas para debelar a insolvência do sistema de pensões, a sustentabilidade da previdência ainda não está assegurada. O plafonamento das contribuições e das pensões será certamente uma medida estruturante que, assente em critérios de eficiência e equidade, permitirá simultaneamente suprir os défices da Segurança Social e dinamizar o mercado dos esquemas complementares de pensões.

As entidades gestoras de fundos de pensões, por serem operadores especializados na gestão financeira orientada para o longo prazo e disporem de estruturas e mecanismos de governação adequados, estão preparadas para se adaptarem às futuras modificações do sistema previdencial, em especial para proporcionar aos beneficiários e participantes a necessária proteção dos direitos e das expectativas.

As pensões são direitos ou promessas de recebimento de benefícios, pagos nomeadamente através de rendas vitalícias, após a ocorrência de determinadas contingências resultantes da atividade laboral e das contribuições associadas à mesma. Dispor desses direitos tem um valor incalculável, desde logo sob o ponto de vista social. Nenhum sistema estritamente privado poderia procurar-se para todos pela simples razão de que o risco de longevidade, determinante da carestia das rendas vitalícias, é um risco não segurável exceto em condições que só a compulsão pública pode criar. E, desta maneira, o sistema público não funciona a cem por cento e nem é gratuito para a sociedade.

Torna-se por conseguinte necessário incentivar a realização de poupanças voluntárias, de forma individual e coletiva, com o objetivo de assegurar a manutenção da taxa de substituição dos rendimentos da vida ativa.

Os fundos de pensões destacam-se na formação de benefícios complementares às pensões assumidas pela Segurança Social, ajudando a atenuar os efeitos negativos das alterações demográficas.

Mas as vantagens de um mercado de fundos de pensões robusto não se esgotam no campo social. Existem diversos e imprescindíveis benefícios económicos.

Permitem o encaminhamento da poupança para o investimento de longo prazo, devido à natureza das suas responsabilidades. Adicionalmente, os fundos de pensões, enquanto investidores institucionais, são fundamentais para o crescimento e a dinamização dos mercados de capitais, bem como para o reforço do governo das sociedades e da proteção dos investidores.

Importa destacar que, face à tendência de transformação de planos de benefício definido em contribuição definida e à transferência dos riscos para os beneficiários e participantes, os planos de contribuição definida têm concentrado crescente relevância a nível nacional e internacional, incidindo essencialmente em questões de governação, gestão de riscos, políticas de investimento e prestação de informação.

É também neste quadro que a educação financeira tem assumido crescente preocupação. Para além de constituir uma forma de complementar a regulamentação prudencial e as regras de conduta de mercado, a educação financeira desempenha um papel importante para efeitos da mitigação dos riscos associados aos planos de pensões.

Como nota adicional, há a referir que está em curso o processo de revisão da Diretiva sobre as instituições de realização de planos de pensões profissionais. O processo contempla, entre outras matérias, novas regras em relação à governação e aos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. Sobre este aspeto particular, gostaria de informar que a regulamentação vigente em Portugal já segue a generalidade das propostas de Diretiva, facto demonstrativo de que os nossos operadores se encontram numa posição privilegiada para assumir os novos desafios.

A crise acabou por precipitar a necessidade de agarrar de forma decidida o futuro das pensões no nosso País, de maneira a poder continuar a flutuar como um barco no rio.

Muito obrigado a todos pela vossa atenção.